



ANDRÉA KARLA AMARAL DE GALIZA

DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES ENTRE PARTICULARES

*Teoria e Jurisprudência
do Supremo Tribunal Federal*

Prefácio
Paulo Lôbo

Áreas específicas:
Direito Constitucional. Direito Civil.

Áreas afins:
Sociologia e Teoria Geral do Direito.

Público-alvo/consumidores:
Estudantes de Direito, professores e operadores
jurídicos (juízes, promotores, advogados etc.).

224 páginas
ISBN 978-85-7700-428-7
Formato: 14,5x21,5 cm

Uma empresa exige de uma executiva de *top*, para assumir uma importante função de direção, que se abstenha de engravidar por um período mínimo de 5 (cinco) anos. Poderia a funcionária invocar o direito a livre disposição do próprio corpo para anular a cláusula contratual? As pessoas jurídicas de direito privado estão obrigadas a respeitar, na relação com seus sócios, o princípio da ampla defesa? É lícito a uma empresa contratar ou deixar de contratar empregados em face de orientação religiosa, sexual ou política? Os donos de estabelecimentos comerciais abertos ao público (hotéis, bares e restaurantes) podem recusar a prestação do serviço a determinadas classes de pessoas? Essas e outras questões constituem o cerne da investigação desta obra, que aborda um dos temas mais instigantes do Direito Constitucional e Civil contemporâneos: a eficácia horizontal dos direitos fundamentais. Trata-se de um apanhado teórico e prático do problema, tratado a partir do ordenamento nacional e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Andréa Galiza é mestre em Direito Privado e especialista em Direito Constitucional e Administrativo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É também Procuradora Judicial do Município do Recife e advogada.

SUMÁRIO DO LIVRO:

PREFÁCIO

Paulo Lôbo

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

A IDENTIFICAÇÃO DA OFENSA PRIVADA AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: OS ARGUMENTOS QUE APONTAM PARA A NECESSIDADE DE ESTENDER SUA APLICAÇÃO ÀS RELAÇÕES ENTRE PARTICULARES

CAPÍTULO 2

A DEFESA DA IRRELEVÂNCIA DO PROBLEMA DA APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ÀS RELAÇÕES PRIVADAS: AS TEORIAS QUE REDUZEM O TEMA À RELAÇÃO DOS PARTICULARES COM O ESTADO

CAPÍTULO 3

A DISCUSSÃO SOBRE O MODO PELO QUAL OS DIREITOS FUNDAMENTAIS VINCULAM OS PARTICULARES

CAPÍTULO 4

OS CONFLITOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES ENTRE PARTICULARES

CAPÍTULO 5

A ANÁLISE CONCRETA DA EFICÁCIA PRIVADA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

ÍNDICE DE ASSUNTOS

ÍNDICE DA JURISPRUDÊNCIA

ÍNDICE ONOMÁSTICO